

SUMÁRIO

1.	A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE	27
1.1.	A crise ambiental e os refugiados climáticos	27
1.2.	O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo	30
1.3.	Movimentos ambientalistas: conservacionismo e preservacionismo	34
1.4.	As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988	35
1.5.	Questões de concursos públicos comentadas	36
2.	MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL	37
2.1.	Definição de meio ambiente	37
2.2.	Espécies de meio ambiente	38
2.3.	Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental	38
2.4.	Questões de concursos públicos comentadas	41
3.	A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	43
3.1.	Introdução	43
3.2.	Meio ambiente cultural	44
3.3.	Meio ambiente natural	44
3.4.	Meio ambiente artificial	44
3.5.	Direito intertemporal ambiental	45
3.6.	A constitucionalização do direito ambiental no Brasil e o nascimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	46
3.7.	Hermenêutica jurídica ambiental e a interpretação constitucional das normas ambientais	54
3.8.	Histórico das principais leis ambientais do Brasil	58
3.9.	Questões de concursos públicos comentadas	60
4.	COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS	61
4.1.	Federalismo de cooperação	61
4.2.	Competências materiais ambientais	62
4.3.	Competências legislativas ambientais	70
4.4.	Questões de concursos públicos comentadas	86
5.	PRINCÍPIOS SETORIAIS	93
5.1.	Definição, funções e tensão	93
5.2.	Princípio da prevenção	94

5.3.	Princípio da precaução	95
5.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento	98
5.5.	Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade	105
5.6.	Princípio do usuário-pagador	107
5.7.	Princípio da cooperação entre os povos	108
5.8.	Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade	109
5.9.	Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental	109
5.10.	Princípio da participação comunitária ou cidadã ou princípio democrático	110
5.11.	Princípio da função socioambiental da propriedade	111
5.12.	Princípio da informação	112
5.13.	Princípio do limite ou controle	114
5.14.	Princípio do protetor-recebedor	114
5.15.	Princípio da vedação ao retrocesso ecológico	116
5.16.	Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada	116
5.17.	Princípio da gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente	117
5.18.	Outros princípios ambientais (11 princípios)	117
5.19.	Tabela dos princípios ambientais	119
5.20.	Questões de concursos públicos comentadas	121
	Vídeo	131
6.	A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	133
6.1.	Princípios	133
6.2.	Objetivos específicos	136
6.3.	Instrumentos	137
6.4.	O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	144
6.5.	Questões de concursos públicos comentadas	153
7.	O ZONEAMENTO AMBIENTAL	161
7.1.	Considerações iniciais	161
7.2.	Definição	162
7.3.	Objetivo geral	163
7.4.	Competência para a realização	163
7.5.	Pressupostos	164
7.6.	Conteúdo	164
7.7.	Alteração	164
7.8.	Regra de transição	165
7.9.	Zoneamento industrial	165

7.10. Questões de concursos públicos comentadas	167
 Vídeo	171
8. O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS	173
8.1. Considerações gerais sobre o poder de polícia ambiental	173
8.2. Poder de polícia e taxa	179
8.3. Executoriedade de alguns atos de polícia ambiental	180
8.4. Peculiaridades da licença ambiental	181
8.5. Revogação e anulação da licença ambiental	183
8.6. Definição de licença ambiental	185
8.7. Espécies de licença ambiental	185
8.8. Fundamentos e definição de licenciamento ambiental	189
8.9. Publicidade do licenciamento ambiental	192
8.10. Exigibilidade do licenciamento ambiental	193
8.11. Competência para o licenciamento ambiental	193
8.11.1. Disciplina normativa e critérios definidores: extensão do impacto ambiental e dominialidade do bem público afetável	193
8.11.2. Competências licenciatórias federais	196
8.11.3. Competências licenciatórias municipais	202
8.11.4. Competências licenciatórias estaduais	204
8.11.5. Competências licenciatórias do Distrito Federal	204
8.11.6. Competências licenciatórias para a supressão e o manejo de vegetação	205
8.11.7. Regras de competência para o licenciamento ambiental no novo Código Florestal	205
8.11.8. O licenciamento em mais de uma esfera de competência	206
8.11.9. O conflito entre o critério da extensão do impacto ambiental e o critério da dominialidade do bem público afetável	208
8.12. Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais	218
8.13. Questões de concursos públicos comentadas	226
 Vídeo	238
 Vídeo	239
 Vídeo	240
9. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	241
9.1. Disposições gerais e novidades do Código Florestal (Lei 12.651/2012)	242
9.2. Áreas de Preservação Permanente (APP's)	270
9.2.1. Definição legal	270
9.2.2. APP's do artigo 4º do novo CFlo	270

9.2.3.	APP's do artigo 6º do CFlo	290
9.2.4.	Outras APP's instituídas pelo CONAMA	291
9.2.5.	Regime especial de proteção e exploração excepcional	292
9.2.6.	Áreas consolidadas em APP's reguladas pelo novo Código Florestal	298
9.2.7.	APP's instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios	301
9.2.8.	A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação	303
9.2.9.	Explorações consolidadas em APP	304
9.3.	Apicuns e salgados	307
9.4.	Reserva Legal (RL)	309
9.4.1.	Definição legal	309
9.4.2.	Natureza jurídica	310
9.4.3.	Percentuais mínimos e Cota de Reserva Ambiental	311
9.4.4.	Redução da Reserva Legal	315
9.4.5.	Ampliação da Reserva Legal	316
9.4.6.	Localização da Reserva Legal	316
9.4.7.	Cálculo da Reserva Legal	318
9.4.8.	Dispensa da Reserva Legal	322
9.4.9.	Registro imobiliário e inscrição no Cadastro Ambiental Rural	322
9.4.10.	Regime de proteção e explorabilidade sustentável da Reserva Legal	324
9.4.11.	Obrigação <i>propter rem</i> de reflorestar do proprietário	325
9.4.12.	Desapropriação e indenizabilidade limitada	326
9.4.13.	Isenção do ITR e averbação da Reserva Legal	326
9.4.14.	Explorações consolidadas em Reserva Legal e sua recomposição	328
9.4.15.	Quadro comparativo entre Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL	330
9.5.	Unidades de conservação (UC's)	331
9.5.1.	Introdução	331
9.5.2.	Definição legal	331
9.5.3.	Criação, extinção, redução e desafetação	332
9.5.4.	Possibilidade de desapropriação da área	334
9.5.5.	Requisitos para a instituição	335
9.5.6.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	337
9.5.7.	Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável	337

9.5.8.	Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno	342
9.5.9.	Corredores ecológicos	345
9.5.10.	Mosaico	346
9.5.11.	Plano de manejo	346
9.5.12.	Limitações administrativas provisórias	350
9.5.13.	Taxa de visitação e concessão de áreas/serviços/instalações	350
9.5.14.	Gestão por OSCIP e sua concessão aos particulares	351
9.5.15.	Compensação por significativo impacto ambiental	352
9.5.16.	Populações tradicionais	356
9.5.17.	Outras disposições	358
9.5.18.	Competência para o licenciamento ambiental nas unidades de conservação	358
9.5.19.	Regra de transição	358
9.5.20.	Reservas da biosfera	358
9.5.21.	Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação	359
9.5.22.	Conselho consultivo ou deliberativo	359
9.5.23.	Unidades de conservação federais	360
9.5.24.	Programa Áreas Protegidas da Amazônia	361
9.6.	Áreas ambientais municipais	362
9.7.	Áreas de uso restrito	362
9.8.	A zona costeira brasileira e a Política Nacional para os Recursos do Mar	364
9.9.	Questões de concursos públicos comentadas	369
	Vídeo	384
10.	AGROTÓXICOS	387
10.1.	Introdução	387
10.2.	Registro	388
10.3.	Embalagens	391
10.4.	Propaganda	392
10.5.	Venda	393
10.6.	Responsabilização civil, administrativa e criminal pela violação das disposições legais	393
10.7.	Criminalização de condutas	394
10.8.	Questões de concursos públicos comentadas	394
11.	A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS	397
11.1.	Abrangência da gestão de florestas públicas	397

11.2. Definição de concessão florestal e outras	397
11.3. Objeto	399
11.4. Limites	399
11.5. Regras licitatórias especiais	399
11.6. Prazo	400
11.7. Licenciamento ambiental	400
11.8. Livre concorrência	400
11.9. Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional	400
11.10. Extinção da concessão florestal	401
11.11. Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	401
11.12. Serviço florestal brasileiro	401
11.13. Concessão florestal na Flona Jamari	402
11.14. Questões de concursos públicos comentadas	403
12. ÁGUAS	407
12.1. Titularidade dominial	407
12.2. A Política Nacional de Recursos Hídricos	409
12.2.1. Fundamentos	409
12.2.2. Objetivos	412
12.2.3. Diretrizes gerais de ação	413
12.2.4. Instrumentos	413
12.3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	415
12.3.1. Composição e objetivos	415
12.3.2. Conselho Nacional de Recursos Hídricos	416
12.3.3. Agência Nacional de Águas	417
12.3.4. Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal	418
12.3.5. Comitês de Bacia Hidrográfica	418
12.3.6. Agências de Água	419
12.3.7. Organizações civis de recursos hídricos	420
12.4. Regime jurídico de utilização da água	421
12.5. Infrações administrativas	428
12.6. Padrões de qualidade da água	429
12.7. As águas no Código Civil	431
12.8. Política nacional de segurança de barragens	432
12.9. Poluição por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas brasileiras	435
12.10. Questões de concursos públicos comentadas	439

13. AR	447
13.1. Disposições gerais	447
13.2. Padrões de Emissão de Gases	449
13.3. Queimadas	451
13.4. Poluição sonora	454
13.5. Questões de concursos públicos comentadas	456
14. FAUNA	457
14.1. Definição e competência dos entes federados	457
14.2. Classificação	461
14.3. Propriedade	461
14.4. Caça	462
14.5. Comercialização da fauna silvestre	466
14.6. Controle da fauna nas imediações de aeródromos	467
14.7. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	468
14.8. Proteção constitucional	476
14.9. Questões de concursos públicos comentadas	479
15. FLORA	483
15.1. Disposições gerais e competência dos entes federados	483
15.2. Supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo e o controle do desmatamento	487
15.3. Exploração florestal e a sua reposição	488
15.4. Controle da origem dos produtos florestais	489
15.5. Proibição do uso do fogo e controle dos incêndios	490
15.6. Programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente	491
15.7. Agricultura familiar na pequena propriedade ou posse rural	494
15.8. Tutela especial da Mata Atlântica	495
15.9. Tutela especial da Floresta Amazônica	506
15.10. Tutela especial do Pantanal Mato-grossense	506
15.11. Política Nacional de Incentivo ao manejo sustentado e ao Cultivo do Bambu	507
15.12. Política Nacional de Integração Lavoura-pecuária-floresta	507
15.13. Programa Nacional de Florestas	510
15.14. Política Agrícola para Florestas Plantadas	511
15.15. Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	512
15.16. Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG	514
15.17. Questões de concursos públicos comentadas	515

16. RECURSOS MINERAIS	519
16.1. Propriedade	519
16.2. Competência legislativa	519
16.3. Minas e jazidas	519
16.4. Regimes de aproveitamento	520
16.5. Compensação financeira	525
16.6. Licenciamento ambiental	526
16.7. Recuperação da área degradada	527
16.8. Questões de concursos públicos comentadas	528
17. PATRIMÔNIO CULTURAL	531
17.1. Conceito e competência material	531
17.2. Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e Política Nacional de Cultura Viva	534
17.3. Formas de tutela	539
17.4. Patrimônio espeleológico	540
17.5. Patrimônio arqueológico ou pré-histórico	542
17.6. Registro	543
17.7. Tombamento	548
17.7.1. Definição	548
17.7.2. Previsão legal	548
17.7.3. Natureza jurídica	548
17.7.4. Descentralização administrativa	548
17.7.5. Competência para instituição	549
17.7.6. Competência legiferante	549
17.7.7. Objeto	549
17.7.8. Espécies	549
17.7.9. Tombamento de ofício	550
17.7.10. Tombamento provisório	550
17.7.11. Tombamento definitivo	551
17.7.12. Procedimento federal	551
17.7.13. Registro cartorial	551
17.7.14. Conteúdo da proteção	551
17.7.15. Zona de entorno	551
17.7.16. Conservação e reparação	551
17.7.17. Direito de preferência	552
17.7.18. Outras formas de instituição	552
17.7.19. Indenização	553

17.7.20. Tombamento constitucional	553
17.7.21. Destombamento	553
17.7.22. Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	553
17.7.23. Crimes contra o patrimônio cultural	554
17.7.24. Jurisprudência	554
17.8. Desapropriação	557
17.9. Questões de concursos públicos comentadas	558
18. PATRIMÔNIO ARTIFICIAL	563
18.1. Disposições gerais constitucionais e sua regulamentação	563
18.2. Estatuto da Cidade	565
18.2.1. Diretrizes da política urbana	565
18.2.2. Instrumentos da política urbana	568
18.2.3. Conteúdo do plano diretor	573
18.2.4. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	576
18.3. Estatuto da Metrópole	578
18.4. Parcelamento do solo urbano	581
18.5. Questões de concursos públicos comentadas	587
19. PATRIMÔNIO GENÉTICO	593
19.1. Biodiversidade	593
19.1.1. Previsão constitucional, definição e regulamentação	593
19.1.2. Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transferência de tecnologia	594
19.2. Biossegurança	601
19.2.1. A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida	601
19.2.2. A pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados – OGM	603
19.2.3. CIBio	604
19.2.4. CNBS	604
19.2.5. CTNBio	604
19.2.6. SIB	605
19.2.7. Órgãos e entidades de registro e fiscalização	605
19.2.8. Responsabilidade civil e administrativa	606
19.2.9. Regras de transição	606
19.2.10. Licenciamento ambiental	606
19.3. A situação brasileira	606
19.4. Questões de concursos públicos comentadas	608

20. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS	615
20.1. Introdução	615
20.2. Conceito legal de poluidor	616
20.3. Solidariedade entre poluidores	617
20.4. Nexo de causalidade	620
20.5. Natureza objetiva e teoria do risco integral	623
20.6. Responsabilidade do adquirente de imóvel - obrigação <i>propter rem</i>	634
20.7. Imprescritibilidade da pretensão	636
20.8. Danos ambientais	640
20.9. Teses repetitivas do STJ	652
20.10. Questões de concursos públicos comentadas	662
21. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS	671
21.1. Disposições gerais	671
21.2. Infração ambiental do artigo 70 da Lei 9.605/1998 e sua regulamentação	674
21.2.1. Tipicidade e legalidade	674
21.2.2. Sanções administrativas	678
21.2.3. Procedimento	691
21.2.4. Tipos em espécie	695
21.2.5. Prescrição	703
21.2.6. Hipóteses de suspensão e conversão da punibilidade administrativa no novo Código Florestal	716
21.3. Outras infrações administrativo-ambientais	717
21.4. Questões de concursos públicos comentadas	720
 Vídeo	727
22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL	729
22.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica	729
22.2. A figura do garantidor	738
22.3. A competência para o julgamento	739
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica	747
22.5. A dosimetria das sanções	751
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas	751
22.7. As penas das pessoas jurídicas	752
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental	753
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica	754
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes	754
22.11. A suspensão condicional da pena	755

22.12. A iniciativa da ação penal	755
22.13. A suspensão condicional do processo	755
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos	758
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade	758
22.16. Sentença condenatória e reparação	758
22.17. O princípio da insignificância	758
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC	765
22.19. Comentário geral sobre os tipos da Lei 9.605/1998	766
22.20. Dos crimes contra a fauna	768
22.21. Dos crimes contra a flora	784
22.22. Da poluição e outros crimes ambientais	808
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	826
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental	832
22.25. Cooperação penal internacional	838
22.26. Tutela penal do meio ambiente em outras leis	839
22.27. Questões de concursos públicos comentadas	842
 Vídeo	856
23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE	857
23.1. Disposições gerais	857
23.2. Ação individual	858
23.3. Ação civil pública	859
23.3.1. Considerações iniciais	859
23.3.2. Legitimidade ativa	860
23.3.3. Legitimidade passiva	862
23.3.4. Competência jurisdicional	864
23.3.5. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogê- neos	871
23.3.6. Regime jurídico da coisa julgada	874
23.3.7. Controle difuso de constitucionalidade	882
23.3.8. Pedido	883
23.3.9. Imprescritibilidade da pretensão	888
23.3.10. Questões específicas ambientais	889
23.3.11. Outras regras	892
23.4. AÇÃO POPULAR	897
23.4.1. Considerações iniciais	897
23.4.2. Legitimidade ativa	897

23.4.3. Legitimidade passiva	898
23.4.4. Objeto e eficácia da sentença	898
23.4.5. Competência jurisdicional	900
23.4.6. Outras disposições	902
23.5. Questões de concursos públicos comentadas	903
 Vídeo	911
24. DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL	913
24.1. Disposições gerais	913
24.2. A conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente – Conferência de Estocolmo	915
24.3. A CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção	917
24.4. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (RIO/1992 ou ECO/1992)	919
24.4.1. A Declaração do Rio	920
24.4.2. A Agenda 21	922
24.4.3. A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas)	922
24.4.4. A Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade)	923
24.4.5. A Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	928
24.5. Protocolo de Kyoto à convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima	929
24.6. Acordo de Copenhague	932
24.7. Acordo-quadro sobre complementação energética regional entre os Estados-partes do Mercosul e Estados associados	933
24.8. Acordo de Paris	934
24.9. Questões de concursos públicos comentadas	936
25. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	943
25.1. Introdução	943
25.2. Medidas executórias	945
25.3. Princípios	946
25.4. Objetivos	946
25.5. Diretrizes	948
25.6. Instrumentos	949
25.7. Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa	952
25.8. O novo Código Florestal e as mudanças climáticas	954
25.9. Questões de concursos públicos comentadas	955

26. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	957
26.1. Introdução	957
26.2. Princípios	959
26.3. Objetivos	959
26.4. Instrumentos	960
26.5. Classificação dos resíduos sólidos	965
26.6. Responsabilidade dos geradores e do poder público	966
26.7. Resíduos perigosos	968
26.8. Instrumentos econômicos	968
26.9. Proibições	969
26.10. Regras de transição	969
26.11. Questões de concursos públicos comentadas	970
 Vídeo	976
27. ORDEM ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	977
27.1. Introdução	977
27.2. A ordem econômica ambiental e a relação entre o direito ambiental e o direito econômico	978
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente	980
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais	985
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental	985
27.6. A releitura do princípio da estrita legalidade	986
27.7. A adoção de critérios ambientais pelos estados no repasse de parcela da arrecadação do ICMS aos municípios ("ICMS ecológico")	987
27.8. Questões de concursos públicos comentadas	989
28. ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL	991
28.1. Noções introdutórias	991
28.2. Definição	992
28.3. Legislação de regência	992
28.4. Auditoria de conformidade legal ou obrigatória	994
28.5. Questão de concurso público comentada	995
29. SANEAMENTO BÁSICO	997
29.1. Introdução e definições legais	997
29.2. Princípios fundamentais	1004
29.3. Exercício da titularidade e prestação	1005

29.4. Planejamento e regulação	1008
29.5. Aspectos econômicos e sociais	1010
29.6. Aspectos técnicos e controle social	1012
29.7. Política federal de saneamento básico	1014
29.8. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)	1016
29.9. Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB)	1016
29.10. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB)	1017
29.11. Questões de concursos públicos comentadas	1017
30. ÍNDIOS E MEIO AMBIENTE	1021
30.1. Indigenato e terras indígenas	1021
30.2. Outras áreas indígenas reservadas	1028
30.3. Exploração dos recursos naturais	1028
30.4. Unidades de conservação	1030
30.5. Conhecimento tradicional associado dos índios ao patrimônio genético	1030
30.6. Questões de concursos públicos comentadas	1031
31. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE	1033
31.1. Energia e suas fontes	1033
31.2. Política energética do Brasil	1036
31.3. Petróleo e gás natural	1037
31.4. Biocombustíveis	1042
31.5. Política nacional de conservação e uso racional de energia	1043
31.6. Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	1044
31.7. Energia nuclear	1045
31.8. Rejeitos radioativos	1049
31.9. Política nacional de biocombustíveis	1054
31.10. Questões de concursos públicos comentadas	1056
32. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	1059
32.1. Composição e normatização constitucional	1059
32.2. Proteção ao meio ambiente do trabalho	1060
32.3. Acidente de trabalho, moléstias ocupacionais e eventos equiparados	1063
32.4. Responsabilidade civil das empresas pelo dano ambiental do trabalho	1068
32.5. Questões de concursos públicos comentadas	1069
33. SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1071
33.1. Introdução	1071

33.2. Licitações e contratações sustentáveis	1073
33.3. Regras de sustentabilidade no Estatuto das Empresas Estatais	1085
33.4. Rotulagem ambiental	1087
33.5. Agenda ambiental da administração pública (A3P)	1088
33.6. Instrução normativa MPOG 10, de 12/11/2012 (plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal)	1093
33.7. Resolução CNJ 400, de 16 de junho de 2021	1094
33.8. Resolução STF 561, de 24 de setembro de 2015	1102
33.9. Instrução normativa STJ/GDG n. 15, de 12 de novembro de 2020	1104
33.10. Ato conjunto CSJT/TST/GP nº 24/2014	1106
33.11. Ato da comissão diretora do senado 4/2013	1115
33.12. Resolução TSE 23.474, de 19 de abril de 2016	1121
33.13. Resolução TCU 268, de 4 de março de 2015	1125
33.14. Resolução CNJ 433, de 27 de outubro de 2021	1127
33.15. Questões de concursos públicos comentadas	1129
34. POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNP-SA)	1133
34.1. Introdução	1133
34.2. Definições legais	1134
34.3. Modalidades de pagamentos por serviços ambientais	1135
34.4. Objetivos da PNPSA	1137
34.5. Diretrizes da PNPSA	1137
34.6. Programa federal de pagamento por serviços ambientais (PFPSA)	1138
BIBLIOGRAFIA	1141